

Estratégias legitimadoras do discurso jornalístico: narrativas sobre as Universidades Federais no jornal Zero Hora durante o primeiro semestre de Covid-19 no Brasil

Legitimizing strategies of journalistic discourse: narratives about Federal Universities in the newspaper Zero Hora during the first semester of covid-19 in Brazil

REJANE DE OLIVEIRA POZOBON¹
WAGNER GUILHERME LENHARDT²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo identificar as estratégias narrativas que perpassam os campos político, jornalístico e científico no período de pandemia de covid-19 no Brasil, com base nos enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora acerca das Universidades Federais (UFs), no primeiro semestre de 2020. As estratégias narrativas empreendidas serão analisadas a partir da metodologia dos enquadramentos (GAMSON e LASCH, 1981 e GAMSON E MODIGLIANI, 1989). O escopo

Trama: Indústria Criativa em Revista.

Dossiê: *Narrativas midiáticas na pandemia – novas rotinas e produções de sentido*
Ano 5, vol. 10, nº 1, julho a agosto de 2020: 97-123, ISSN: 2447-7516

teórico está centrado nos conceitos de estratégias (BOURDIEU, 1989, 2004; RODRIGUES, 1990; VERÓN, 2004), legitimidade e legitimação (BARICHELLO, 2018; BERGER E LUCKMANN, 2014; LYOTARD, 1988), em articulação com o discurso e a narrativa jornalística (BENETTI, 2008, 2010; MOTTA, 2013; QUÉRÉ, 2005). Ao final, concluímos que mesmo com o jornal visibilizando ações das UFs de enfrentamento à covid-19, a narrativa segue mostrando o campo político enquanto instância que tensiona e problematiza o trabalho do campo científico durante a pandemia.

PALAVRAS-CHAVE: Narrativas Jornalísticas. Legitimidade. Universidades Federais. Coronavírus. Jornal Zero Hora.

ABSTRACT

This article aims to identify the narrative strategies that permeate the political, journalistic and scientific fields in the pandemic period of covid-19 in Brazil, based on the frameworks constructed by the newspaper Zero Hora about Federal Universities (UFs), in first half of 2020. The narrative strategies undertaken will be analyzed based on the framework methodology (GAMSON and LASCH, 1981 and GAMSON E MODIGLIANI, 1989). The theoretical scope is centered on the concepts of strategies (BOURDIEU, 1989, 2004; RODRIGUES, 1990; VERÓN, 2004), legitimacy and legitimation (BARICHELLO, 2018; BERGER AND LUCKMANN, 2014; LYOTARD, 1988), in articulation with the discourse and the journalistic narrative (BENETTI, 2008, 2010; MOTTA, 2013; QUÉRÉ, 2005). In the end, we conclude that even with the newspaper showing actions by UFs to confront the covid-19, the narrative continues to show the political field as an instance that tensions and questions the work of the scientific field during the pandemic.

KEYWORDS: Journalistic Narratives. Legitimacy. Federal Universities. Coronavirus. Zero Hora newspaper.

INTRODUÇÃO

O contexto deste artigo tem como base o poder de agendamento e enquadramento atribuído ao campo midiático. Esse processo, que já é complexo, pode ganhar novos contornos em um período de crise política e sanitária, como a que enfrentamos no ano de 2020 em virtu-

de do novo coronavírus e suas problemáticas envolvendo os governos de extrema direita. Partimos do pressuposto de que as narrativas jornalísticas participam do processo de legitimação de projetos políticos, econômicos e sociais, e também de instituições, como as Universidades Federais (UFs). Neste artigo, lançamos nosso olhar para as estratégias narrativas durante a pandemia do novo coronavírus, em articulação com a (des)legitimação das UFs no cenário de enfrentamento à covid-19 no primeiro semestre de 2020, tendo por objeto empírico o jornal impresso Zero Hora (ZH), editado em Porto Alegre, RS.

Com a pandemia, os campos científico, político e jornalístico sofreram novos desdobramentos. Enquanto as UFs e seus pesquisadores foram acionados pela imprensa em virtude das ações de combate à crise sanitária, o presidente Bolsonaro relativizou os danos provocados pela covid-19. Enquanto as instituições científicas chamavam a atenção para a proliferação de casos e a narrativa jornalística conferia visibilidade a isto, o principal governante do país minimizava o aumento do número de casos e focava sua fala nas ações de combate à crise econômica. Assim, novas oportunidades de análise surgiram para pensarmos a presença das UFs na imprensa e as narrativas envolvendo essas instituições durante a pandemia.

As Universidades Federais passam seguidamente por tensionamentos com o governo federal, visibilizados pelo campo jornalístico. Percebemos, assim, interfaces entre esses três universos: o campo científico, o campo político e o campo jornalístico. No contexto da pandemia do novo coronavírus, é possível pensarmos em novas configurações dessa relação, tendo por base os enquadramentos jornalísticos das UFs? Esta é a pergunta norteadora de nosso artigo.

Para responder a este questionamento, colocamos como nosso objetivo identificar as estratégias narrativas que perpassam os campos político, jornalístico e científico no período de pandemia de covid-19 no Brasil, com base nos enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora (ZH) acerca das Universidades Federais, no primeiro semestre de 2020.

Inicialmente, refletiremos sobre os conceitos de estratégias (BOURDIEU, 1989, 2004; RODRIGUES, 1990; VERÓN, 2004), legitimidade e legitimação (BARICHELLO, 2018; BERGER E LUCKMANN, 2014; LYOTARD, 1988), seguido da reflexão acerca do discurso e da narrativa jornalística (BENETTI, 2008, 2010; MOTTA, 2013; QUÉRÉ, 2005). Também tra-

taremos sobre as especificidades do jornalismo impresso e o atual contexto deste tipo de mídia. O correto acionamento destas noções justifica-se em virtude da análise dos enquadramentos que faremos. Traremos também algumas visadas sobre o jornal Zero Hora, para entendermos melhor como este veículo se apresenta ao público leitor.

Por fim, faremos a análise de seis matérias que tratam das UFs, publicadas entre janeiro e junho de 2020 em ZH. A análise é amparada na metodologia do enquadramento jornalístico, a partir de Gamson e Lasch (1981) e Gamson e Modigliani (1989), que nos permitirá verificar as narrativas do tema em questão.

ESTRATÉGIAS, LEGITIMIDADE E LEGITIMAÇÃO

Um fazer e um dizer direcionados a um determinado fim: esta é a base do conceito de estratégias. Seja no campo jornalístico ou no campo político, sempre há um pensar com vistas a uma ação. Os campos sociais, as instituições e os sujeitos necessitam de jogos operacionais para atingirem seus objetivos. É desta forma que terão um lugar de destaque no espaço público, calcando seu agir como um processo de legitimação. Através do discurso jornalístico, o campo político e o campo científico buscam visibilizar suas ações. No entanto, para chegar a um veículo de comunicação, as instituições e os agentes destes campos operam raciocínios calculados, pensando nos efeitos de sentido que querem construir. Estratégias reestruturam, reavaliam e reconstróem sentidos. Trata-se de um jogo que articula e define o modo como os sujeitos devem participar das atividades sociais.

Bourdieu (2004), em sua crítica ao estruturalismo objetivista, diz que “o bom jogador, que é de algum modo o jogo feito homem, faz a todo instante o que deve ser feito, o que o jogo demanda e exige” (BOURDIEU, 2004, p. 81). As estratégias dizem respeito, segundo o autor, a “colocar-se ao lado do direito, em agir de acordo com interesses, mas mantendo as aparências de obediência às regras” (idem). Verón (2004), tratando mais especificamente das estratégias dos veículos de comunicação, refere-se a “fenômenos de concorrência interdiscursiva próprios do campo da discursividade enquanto mercado de produção de discurso” (VERÓN, 2004, p. 245). Esse raciocínio contextualiza a imprensa enquanto empresa: uma instituição comercial que utiliza estratégias para demarcar o seu modo de veiculação dos acontecimentos, tentando, assim, se diferenciar das empresas jornalísticas concorrentes, em disputa pelo público leitor.

Nota-se que a analogia com o jogo de xadrez é muito utilizada por autores que tratam do conceito de estratégias. Em 1953, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein falou em jogos de linguagem no livro *Investigações Filosóficas*³. Em tal abordagem, conforme Lyotard (1988), os enunciados são determinados por “regras que especificam suas propriedades e o uso que delas se pode fazer, exatamente como o jogo de xadrez se define como um conjunto de regras que determinam as propriedades das peças, ou o modo conveniente de deslocá-las” (LYOTARD, 1988, p. 16-17).

Já Rodrigues (1990) destaca a questão da temporalidade (passado, presente e futuro) como essencial para as estratégias tomadas: “as oportunidades permitidas pelas jogadas precedentes, com a expectativa em relação às oportunidades eventualmente aproveitadas pelo adversário e com as oportunidades que se pretende reservar ou subtrair aos lances subsequentes” (RODRIGUES, 1990, p. 16).

Essa ideia de oportunidade estratégica pode ser articulada com o intento de nosso artigo sob diversas formas. De um lado, podemos elaborar que a narrativa jornalística, ao visibilizar as Universidades Federais, oportuniza a tais instituições que elas acionem estratégias a fim de contrapor as críticas de que o campo científico no Brasil é oneroso, ineficaz ou ineficiente. Por outro lado, podemos supor que o campo político vê na crise das contas públicas a oportunidade para efetuar cortes orçamentários. Logo, temos aí uma disputa de sentidos, conforme a proposição de Lyotard: “cada parceiro de linguagem sofre por ocasião dos ‘golpes’ que lhe dizem respeito um ‘deslocamento’, uma alteração, seja qual for o seu gênero, e isto não somente na qualidade de destinatário e de referente, mas também como remetente” (LYOTARD, 1988, p. 30).

Porém, de acordo com Rodrigues (1990), diferente de um jogo de xadrez em que a disputa tem começo e fim, os tensionamentos operados no discurso são infindáveis, pois ele “compreende uma multiplicidade indefinida de mundos, de peças e de regras, elevando a um número incalculavelmente elevado as figuras prováveis e as derivas possíveis” (RODRIGUES, 1990, p. 17). As características de mediação e de elaboração de sentido que o discurso tem, incluindo o fato de ele nunca se encerrar devido ao seu potencial de ressonância na sociedade, fazem dele um campo bastante singular. As percepções que temos do mundo e dos indivíduos são construídas por uma infinidade de dis-

curso, que nos direcionam por um determinado caminho de leitura, de afetamentos. Tal direcionamento também pode ser definido como uma estratégia.

Os campos sociais e as instituições sabem das ressonâncias provocadas pela narrativa jornalística. Para Rodrigues (1990), a comunicação tornou-se um “campo estratégico de natureza instrumental ao serviço da necessária reelaboração axiológica imaginária suscetível de legitimar [...] diferentes campos e domínios da experiência” (RODRIGUES, 1990, p. 60).

No primeiro semestre de seu governo, Jair Bolsonaro acionou os cortes orçamentários às UFs⁴ como uma tática para a redução dos investimentos públicos. A imprensa chegou a publicar que o bloqueio era uma atitude do governo para a aprovação da reforma da previdência, que estava em debate naquele momento. Assim, temos uma tática produzindo afetamentos para os agentes que constituem as instituições universitárias, visibilizadas pela narrativa jornalística.

Partimos do princípio de que as estratégias operadas pelos campos, agentes e instituições são disputas que visam sua legitimidade – conceito que muitas vezes é confundido com o de legitimação. Para um correto entendimento desses dois conceitos, recorreremos a Barichello (2018).

Legitimação consiste na ação de conferir legitimidade a algo, de modo que se torne aceitável para a sociedade. Enquanto legitimidade pressupõe um consenso mais ou menos generalizado, a legitimação refere-se ao processo de obtenção desse consenso entre os membros da sociedade (BARICHELLO, 2018, p. 79).

O entendimento da autora sobre legitimidade articula-se com o raciocínio de Rodrigues (1990), à medida que este nos diz:

A legitimidade é assim o critério fundamental de um campo social. Reconhece-se pelo fato de poder ocupar o lugar de sujeito de enunciação: ‘a família exige’, ‘a economia deve e exige’, ‘a política impõe’ são enunciados que colocam instituições sociais no lugar de sujeito de um dizer ou de um fazer e remetem para a capacidade de

impor com legitimidade indiscutível algo ao conjunto do tecido social (RODRIGUES, 1990, p. 143-145).

O lugar legítimo que uma instituição ocupa no espaço público é conquistado pela sua capacidade de colocar-se como referência dentro daquilo a que se propõe, mediante sua missão institucional e o alcance dos seus objetivos. Esse entendimento nos leva a pensar que as Universidades Federais, devido aos inúmeros tensionamentos provocados sobretudo pelo campo político, passam por uma crise de legitimidade. Ao serem questionadas sobre qual o papel delas no desenvolvimento social ou mesmo se os seus objetivos institucionais estão sendo alcançados ou não, defrontam-se com uma dúvida, um ponto de interrogação sobre o seu trabalho. Rodrigues (1990) afirma que a visibilidade de um campo é o que institui a sua legitimidade, e, para mantê-la, cada campo precisa disputar o monopólio da visibilidade, por meio de estratégias. Essa disputa é também um processo: o processo de legitimação. Como um trajeto a ser percorrido, a legitimidade é construída.

É justamente a ideia de construção social que está por trás do conceito de legitimação, conforme Berger e Luckmann (2014). A ideia de que as Universidades Federais são instituições onerosas e que pouco colaboram para o desenvolvimento do Brasil, se não for sustentada por dados e argumentos que a validem como verdadeira, pode ser compreendida como uma interpretação não-científica sobre a realidade, o que Berger e Luckmann (2014) chamam de senso comum. Esta ideia só é estabelecida, porém, por meio da linguagem - elemento essencial para a construção que fazemos da realidade.

A linguagem tem o aspecto de nos conectar com a realidade da vida que “não se esgota nessas presenças diárias, mas abraça fenômenos que não estão presentes ‘aqui e agora’” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 39). A narrativa jornalística e as estratégias de enquadramentos colaboram para isto, a medida que nos oferecem um manancial de informações que serão transformadas em significações subjetivas. Há uma transição de realidades neste processo da linguagem, e a narrativa jornalística inclui-se como instância produtora de campos de significação.

Qualquer pessoa pode construir a sua própria realidade, distorcendo ou ressignificando o que outro grupo de indivíduos institucionalizou. É por isso que “o mundo institucional exige legitimação, isto é,

modos pelos quais podem ser ‘explicados’ e ‘justificados’ (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 85). Mais uma vez, retornamos à questão da linguagem. É ela que define as situações, aciona enquadramentos e torna lógico o mundo social objetivado. É por meio da linguagem que o leitor de um jornal entrará em contato com os enquadramentos que determinado veículo faz da universidade pública. Assim como no caso do estudante que está experienciando a universidade no seu cotidiano, o leitor do jornal também terá acesso, mesmo que indiretamente, ao trabalho desenvolvido por esta mesma universidade. A narrativa jornalística torna a experiência acessível para quem não a teve, passando a ser significativa também para esses indivíduos.

Chegamos ao conceito de legitimação: um processo que, assim como os papéis desempenhados pelos atores, também concede à instituição “uma objetivação de sentido” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 122). Não basta que somente a comunidade acadêmica tenha noção do trabalho da universidade, é preciso que toda a sociedade tenha esse mesmo entendimento. A legitimação, assim, é o processo que tornará inteligível o sentido das Universidades Federais. Conceituam os autores:

A legitimação é este processo de ‘explicação’ e justificação. [...] A legitimação ‘explica’ a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como elemento normativo. Em outras palavras, a legitimação não é apenas uma questão de ‘valores’. Sempre implica também ‘conhecimento’ (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 124).

Enquanto universo simbólico, o jornalismo enquadra os acontecimentos e os dota de significações que poderiam ser ininteligíveis para os indivíduos. O discurso jornalístico estabelece uma ordem ao caos e estrutura os acontecimentos em uma hierarquia de sentidos. Ocorre que, ao mesmo tempo que o universo simbólico atua no processo de legitimação, ele também pode apresentar versões divergentes da ordem institucional. Conforme os autores, “a versão divergente cor-

porifica-se em uma realidade por sua própria conta, a qual, ao existir no interior da sociedade, desafia a condição de realidade” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 139). A isso chamamos de deslegitimação: quando há ameaça às explicações e justificações definidas por determinada instituição.

Os tensionamentos que envolvem a legitimação das Universidades Federais apresentam características que ratificam a ideia de confronto. Basta lembrarmos quando o então ministro da educação Abraham Weintraub afirmou que as UFs são locais de “balbúrdia”⁵. A fala do ministro, por si só, já apresenta a intenção de desqualificar as instituições. Berger e Luckmann (2014) classificam este processo como “aniquilação”: um mecanismo capaz de “liquidar conceitualmente” a ordem institucional - ao contrário da legitimação, que “conserva a realidade do universo socialmente construído” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 149).

Sobre a deslegitimação do saber científico, Lyotard (1988) exemplifica, com a metanarrativa científica, a crise dos relatos (ou dos discursos de justificação). No caso do saber científico, cai por terra o relato da ciência enquanto instância capaz de elucidar a verdade das coisas, iluminar as trevas do desconhecido e engrandecer ou emancipar o homem por meio da razão - pilares da Universidade de Berlim (considerada modelo para a construção de muitas outras instituições). Esses relatos, diz Lyotard, são dispositivos de legitimação que não funcionam mais no contexto da pós-modernidade. Com a informatização da sociedade capitalista, o critério do desempenho passou a ditar o rumo das instituições. Com as universidades não foi diferente: “sua legitimação em matéria de justiça social e de verdade científica seria a de otimizar as performances do sistema, sua eficácia” (LYOTARD, 1988, p. xvi). Assim, na pós-modernidade, quanto mais as instituições servirem aos sistemas produtivos, mais elas poderão ter sua existência justificada.

Para além da questão envolvendo a deslegitimação das universidades, a contribuição de Lyotard ainda pode ser útil ao tratarmos do descrédito que o jornalismo tem passado no atual governo. O presidente da República já chamou os profissionais da imprensa de “bundões”, já ameaçou agredir alguns, disse que grande parte da mídia está “completamente dominada pelo pensamento de esquerda radical”⁶, entre outros episódios. Em um artigo de 2011, Isabelle Anchieta investiga o

estatuto do jornalismo enquanto instância produtora do saber. Mesmo não articulando com o contexto político da época, a pesquisadora fala sobre a crise da narrativa, acionando Lyotard e a questão do descrédito no campo científico. Neste sentido, se até a ciência, com todo seu rigor metodológico, é deslegitimada, o jornalismo também o é.

Anchieta (2011) faz esta análise considerando o jornalismo tanto quanto um campo que trabalha a partir de uma cientificidade menor, mas também como um campo que (re)produz o senso comum. Os textos, nesta perspectiva, não servem mais para visibilizar acontecimentos: eles passam apenas a ser registros da crise de narrativas de que trata Lyotard. Rajobac e Romani (2011) entendem que a pós-modernidade, em Lyotard, “configura-se como um estado da cultura, posterior às transformações que afetaram não somente as ciências, mas, também, a literatura, as artes e, sobretudo, os paradigmas do conhecimento” (RAJOBAC; ROMANI, 2011, p. 11). Levando em consideração que conhecimento e linguagem são elementos conexos, colocamos que a única narrativa possível de ser legitimada, hoje, é aquela que já se propõe inconclusa.

Tal afirmação nos remete ao início da pandemia do novo coronavírus no Brasil, no momento em que o campo científico assumiu que desconhecia o vírus: as universidades e os institutos de pesquisa tiveram que explicar à sociedade a infinidade de procedimentos necessários para entender a proliferação do contágio e a forma como este se dá nos organismos para, depois, trabalharem na produção da vacina. Essa visibilidade dos métodos não impediu a disseminação de notícias falsas e de tentativas de deslegitimação da ciência, mas (como veremos em nossa análise empírica) promoveu uma volta das Universidades Federais (e outras instituições) às páginas dos jornais.

DISCURSO E NARRATIVA JORNALÍSTICA

Rodrigues (1990) diz que o jornalismo, ao surgir de forma mais organizada e profissionalizada, assumiu certas funções de sociabilidade que antes diziam respeito apenas ao espaço público. Este foi convertido em um “território anônimo, de ninguém, gerido pelo Estado, num puro espaço de circulação e de passagem” (RODRIGUES, 1990, p. 41). Com essa nova ambiência, o jornalista é apresentado “como mediador da vontade política, como fundador da legitimidade delegada” (idem).

Essa mediação ocorre através dos acontecimentos, definidos por Rodrigues como “tudo aquilo que irrompe na superfície lisa da história entre uma diversidade aleatória de fatos virtuais” (RODRIGUES, 1990, p. 98). No discurso jornalístico, os acontecimentos visibilizados são aqueles com menor previsibilidade, que se diferenciam dos demais por conterem uma causalidade que não é compreendida tão facilmente. Uma vez no jornal, o que temos não é mais o acontecimento primeiro, mas sim um novo acontecimento. Estruturado pelo discurso jornalístico, o real ganha (novos) sentidos que são construídos a partir de enquadramentos pelos sujeitos – estes, integrados em uma dinâmica que aglutina valores próprios da profissão de jornalista e também aqueles inerentes à lógica das empresas para as quais trabalham.

O discurso jornalístico opera estrategicamente a partir da “escolha dos termos”, da “ordem da sua apresentação” e da “seleção dos fatos narrados”, pressupondo “inevitavelmente a existência de juízos de valor fundamentados em critérios partilhados por uma comunidade de palavra com todo um conjunto de definições de critérios” (RODRIGUES, 1990, p. 106). Ao mesmo tempo, essas estratégias podem incluir não apenas o que está expresso materialmente no discurso, mas também naquilo que não está dito ou proferido de maneira pragmática.

Ainda sobre acontecimento, é possível fazer uma aproximação de Rodrigues (1990) com Quéré (2005), uma vez que este também refere-se ao termo como um fenômeno a partir do qual inicia-se outro processo - marcando o fim de uma época e o começo de outra, suscitando reações e respostas e produzindo certa descontinuidade no estar das coisas. Berger e Tavares (2010), por sua vez, empreenderam esforços para identificar as tipologias de acontecimento, classificando-as, resumidamente, entre o acontecimento experienciado no cotidiano e o acontecimento jornalístico. O primeiro é estudado de forma mais ampla nas áreas de história e filosofia, e compreende a realidade tangível. O acontecimento jornalístico, por sua vez, “diz respeito à construção do acontecimento em forma de notícia ou das linguagens jornalísticas que constroem o acontecimento” (BERGER; TAVARES, 2010, p. 122).

Benetti (2010) observa uma certa perversidade do jornalismo nesse processo de dizer o que está dentro ou fora da normalidade. Conforme a autora, “os acontecimentos jornalísticos ajudam a definir historicamente uma sociedade porque o seu próprio processo de produção está imbuído de valores que circulam nesta mesma sociedade” (BE-

NETTI, 2010, p. 160). Esta concepção dialoga com Ponte (2005), que afirma que “os media configuram eles próprios os acontecimentos, pelo enquadramento (framing) que lhes atribuem” (PONTE, 2005, p. 102).

Tal raciocínio nos leva a pensar na questão das fontes, uma vez que a disputa de significados entre vozes hegemônicas é um ponto central no discurso jornalístico. As estratégias de legitimação das UFs na imprensa passam pela definição de quais fontes serão acionadas na abordagem dessas instituições. Benetti e Jacks (2001) dizem que “o jornalismo informativo, gênero supostamente ‘não contaminado’ pela opinião [...], define a si mesmo como imparcial e isento. Faz parte de seu jogo discursivo fazer crer que ele se interpõe entre os fatos e o leitor de forma a retratar fielmente a realidade” (BENETTI; JACKS, 2001, p. 1). No entanto, essa interposição jamais ocorre sem o atravessamento das fontes, que são selecionadas e interpretadas discursivamente a partir do acontecimento jornalístico.

Esse panorama nos permite partir para a noção de narrativa abordada por Motta (2013), conforme a ideia de história do presente - termo acionado por alguns historiadores que tratam do mundo imediato da vida. O jornalismo apresenta o discurso sobre o que está acontecendo. E é a análise da narrativa que reconstrói a essência dessa história do presente. Isso considerando que o jornalismo é a narrativa hegemônica sobre todas as outras na construção da verdade imediata e do senso comum.

Para Motta (2013), analisar a narrativa jornalística é um desafio, ainda mais ao se tratar das notícias mais factuais, as *hard news*. O caminho, segundo o autor, é verificar como o jornalismo organiza o tempo: “reconfigurar os relatos como unidades temáticas, intrigas que contenham princípio, meio e final de uma estória única” (MOTTA, 2013, p. 96-97). Intriga, aliás, é uma noção muito cara à narrativa, tal como na literatura. Diferente da narrativa literária, porém, a narrativa jornalística não possui uma ordem cronológica exata. Ao contrário: rememora acontecimentos e os ressignifica a partir de novos eventos, em um caos organizado e conforme critérios de noticiabilidade. Assim, a análise da narrativa jornalística seria a desconstrução do texto bruto da notícia, e a primeira etapa seria traçar uma linearidade dos acontecimentos, no sentido de encontrar uma lógica. Ao fazer essa desconstrução, é possível identificar os conflitos, posicionar as personagens, descortinar o

clímax e o desenlace da intriga. Esse reordenamento seria a primeira parte da metodologia proposta por Motta (2013), permitindo a identificação do “acontecimento-intriga”, ou seja, o tema da história: “aparecem o significado orgânico de cada episódio, os conflitos estruturantes, os papéis dos agentes, heróis, vilões, adjuvantes” (idem, p. 98).

A construção da narrativa jornalística leva em consideração, também, um leitor que não é exatamente conhecido. Por mais que as pesquisas se modernizem e apresentem metodologias inovadoras para os setores comerciais das empresas de comunicação, o jornalista terá em mente apenas uma formação imaginária de seu público, a partir de dados quantificados em um bolo genérico que nos remete à já superada noção de massa.

Benetti (2008) defende que “o lugar de enunciação ocupado pelo jornalismo deve ser analisado do ponto de vista institucional, mais do que como o lugar reservado a uma ação individual do jornalista” (BENETTI, 2008, p. 21). Neste sentido, considerando este ponto de vista institucional, faz-se necessário, em nossa investigação, dissertar sobre a empresa jornalística que detém o poder da enunciação no caso analisado.

ZERO HORA E AS ESPECIFICIDADES DO JORNAL IMPRESSO

Zero Hora é um dos poucos jornais impressos diários ainda existentes se considerarmos apenas os veículos editados nas três capitais da Região Sul do Brasil. É um jornal do Grupo RBS, conglomerado do mercado de comunicação com sede em Porto Alegre. O jornal foi criado em 1964 e apresenta-se como líder em circulação no Rio Grande do Sul⁷. Em dezembro de 2020, segundo o Instituto Verificador de Comunicação (IVC), teve uma média de 125.037 exemplares em circulação, considerando as assinaturas das versões impressa e digital - números bastante significativos em comparação a outros diários brasileiros⁸.

Desde o advento da internet, fala-se sobre a possível “morte” do jornal impresso. O fato é que isso não ocorreu: além dos jornais, as revistas seguem existindo. A resistência do jornal impresso pode ser analisada, teoricamente, ao considerarmos as especificidades desse tipo de mídia. Conforme Charaudeau (2015), a eficiência do impresso estaria na profundidade com que aborda suas pautas, incluindo “análises e comentários”, “editoriais”, “tribunas e reflexões” e “crônicas”; colocando os acontecimentos “em perspectiva” e indagando “sobre as [suas]

prováveis consequências” (CHARAUDEAU, 2015, p. 114). Seguindo esse raciocínio, podemos pensar que o leitor de ZH prefere valorizar “a atividade de conceitualização” (idem, p. 113) dos acontecimentos em detrimento da instantaneidade proporcionada pela ambiência digital.

Aqui é pertinente citarmos uma pesquisa de Orsatto (2020), que comparou edições impressas do jornal O Paraná referentes ao mês de abril de 2009 e de abril de 2019. Articulando com o tema dos gêneros jornalísticos, a autora observou que as edições de 2019 contêm mais reportagens do que as edições de 2009, que centravam-se no gênero notícia – o que permite notarmos que o que restou à mídia impressa foi a análise de temas mais amplos do que simplesmente noticiar fatos isolados, trabalho este absorvido pelo meio digital.

Zero Hora segue sua trajetória efetuando alterações no projeto visual, mas que também contemplam a linha editorial. Em 2019, o diário passou por uma nova renovação nesse sentido. Na edição de 6 e 7 de julho (edição de final de semana), o editor Carlos Etchichury anunciou a reformulação, que seria executada nos dias seguintes. Entre as novidades estava a contratação do “escritor e economista liberal Rodrigo Constantino” ao time de colunistas, para “escrever sobre o cenário nacional” (ETCHICHURY, 2019, p. 4). Considerando que não há nenhum colunista no jornal abertamente alinhado à esquerda, a decisão de inserir um economista de viés liberal contrasta com a premissa de pluralidade, também citada pelo editor de ZH ao informar as mudanças no jornal (idem). O discurso liberal também pode ser observado em editoriais de ZH, quando o veículo manifesta seu apreço pela privatização de empresas estatais (O INTERESSE, 2019). Desta forma, percebemos que a pluralidade de vozes evocadas pelo veículo não é assim tão diversa.

Se o jornal impresso tem por diferencial a profundidade com que aborda os temas do cotidiano, e considerando o papel do campo jornalístico enquanto agente legitimador das instituições sociais, nos perguntamos quais estratégias são acionadas por ZH quando o veículo agenda as UFs em sua narrativa.

O ENQUADRAMENTO JORNALÍSTICO ENQUANTO METODOLOGIA DE ANÁLISE

Para verificarmos a presença das Universidades Federais no jornal Zero Hora, dentro do contexto da pandemia, utilizaremos como metodologia de análise o enquadramento jornalístico. A premissa dos estu-

dos de enquadramento é de que, no jornalismo, a (re)construção dos acontecimentos passa pela escolha dos termos utilizados, salientando e destacando algumas características da realidade de forma a construir quadros de significação para quem consome o texto jornalístico. Essas escolhas são angulações que acionam determinados sentidos do que é visibilizado na imprensa, em detrimento de outras leituras possíveis.

Acreditando que a definição de pressupostos e a transparência dos elementos a serem considerados como parâmetros para cada investigação é o que garantirá a validade da pesquisa, situamos como conceituação de enquadramento jornalístico, para a nossa dissertação, o seguinte:

Enquadramento envolve essencialmente seleção e projeção. Para enquadrar é preciso selecionar alguns aspectos da realidade percebida e torná-los mais evidentes em um texto comunicativo, de modo a promover a definição de problemas particulares, interpretação causal, avaliação moral e/ou tratamento recomendado para o item descrito. Normalmente, os frames diagnosticam, avaliam e prescrevem [...]. (ENTMAN, 1993, p. 52)

Nosso método de análise está ancorado em dois textos de William A. Gamson, cada um escrito em conjunto com outro autor. O primeiro, em coautoria com Kathryn Eilene Lasch, trata da análise dos enquadramentos na imprensa norte-americana acerca do programa de bem-estar social implementado em 1969 nos Estados Unidos (GAMSON; LASCH, 1981). Buscando identificar elementos do discurso político e midiático, os pesquisadores construíram uma matriz de análise baseada em dispositivos simbólicos, acionados para evidenciar diferentes interpretações do tema em questão. O segundo estudo de Gamson que utilizaremos foi publicado em 1989 com Andre Modigliani, utilizando a mesma matriz de análise (GAMSON; MODIGLIANI, 1989). Gamson e Modigliani (1989, p. 1) colocam que “toda questão política tem uma cultura”. Neste sentido, o discurso que o jornalismo produz sobre os rumos de um país auxilia nesse processo de construção da cultura política sobre um determinado tema, um programa governamental, uma área como educação ou saúde, etc.

A matriz de análise desses dispositivos simbólicos é dividida entre “dispositivos de enquadramento” e “dispositivos de justificação” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 2-3). Os primeiros servem para organizar

e sintetizar as ideias mais proeminentes em cada texto, auxiliando na compreensão dos eventos. Já os dispositivos de justificação analisam as causas e as consequências imbricadas no tema, e, ainda, apresentam valores (sociais, morais, éticos) que sustentam determinados discursos.

Os dispositivos de enquadramento e de justificação são divididos em “elementos de assinatura” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4) – as últimas microestruturas que servirão como técnica para a identificação dos enquadramentos. Apresentamos elas a seguir.

1. Metáforas. São utilizadas para melhorar a compreensão do leitor sobre uma ideia. Gamson e Lasch (1981) explicam que há uma vinculação entre o assunto principal e o assunto associado.

2. Exemplos. “Enquanto as metáforas dependem de eventos imaginados para enquadrar o assunto principal, eventos reais do passado ou do presente são frequentemente usados para o mesmo objetivo” (GAMSON; LASCH, 1981, p. 4).

3. Frases de efeito. As frases de efeito resumem ou tentam sintetizar o enquadramento geral em uma única afirmação. São chamadas também de slogans.

4. Representações. Descrevem ou caracterizam um assunto principal de maneira específica. Após uma leitura preliminar das matérias mapeadas, propomos a criação de quatro categorias: a) representações dos objetivos, da missão e do trabalho desenvolvido pelas UFs em ensino, pesquisa e extensão; b) representações das UFs como campo científico e fonte de informação; c) representações dos estudantes das UFs; e d) representações dos servidores.

5. Imagens visuais. Ícones, fotografias, desenhos ou ilustrações que sugerem o significado e o enquadramento de um assunto.

6. Causas. Primeiro dos três elementos de justificação, as causas, conforme os autores, dizem respeito à “dinâmica causal subjacente à faixa de eventos” analisada (GAMSON; LASCH, 1981, p. 5). Apresentam a raiz do assunto, o motivo de tal acontecimento.

7. Consequências. Os enquadramentos podem evidenciar as possíveis consequências das tomadas de posição – a curto, médio e longo prazo.

8. Apelos a princípios. Preceitos morais são elementos que também se encontram nas justificativas de opiniões e/ou tomadas de decisão, especialmente na pauta política.

Necessário apontar que nem todos os textos são passíveis de serem analisados em todas as categorias, assim como um mesmo trecho do texto pode estar em duas ou mais categorias.

Para o mapeamento das matérias de Zero Hora, buscamos textos que citam as Universidades Federais. O passo seguinte foi a categorização nos dispositivos de enquadramento e de justificção. Como recorte, analisamos uma matéria de cada mês do primeiro semestre de 2020, totalizando seis matérias. Os textos selecionados refletem o enquadramento prioritário de cada período/mês em análise. Nosso raciocínio para esta seleção obedeceu ao padrão de acionamento das UFs. Por exemplo: se o padrão mais frequente dentro do mês foi acionar pesquisadores das UFs como fontes para comentar acontecimentos variados, pegamos uma matéria que ilustrasse esta situação. Outros exemplos de padrões: matérias sobre pesquisas desenvolvidas nas UFs; matérias sobre os tensionamentos entre UFs e governo Bolsonaro; matérias sobre UFs no contexto do coronavírus, etc.

ENQUADRAMENTOS DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS EM ZERO HORA NOS PRIMEIROS MESES DA PANDEMIA

A primeira matéria analisada tem como título “Reitores criticam MP que mexe com a autonomia das federais” (KOSACHENCO, 2020, p. 26). Publicada na edição do dia 3 de janeiro de 2020, ela aborda a Medida Provisória 914/2019, que tentou alterar o mecanismo de escolha de reitores e diretores das Universidades e dos Institutos Federais. Selecionamos esta matéria para o nosso corpus uma vez que ela representa o que mais foi destacado por ZH no mês: os tensionamentos entre UFs e o governo Bolsonaro. Em janeiro de 2020, nenhum caso de covid-19 havia sido identificado em território brasileiro ainda. A escolha da pauta já nos diz muito sobre a abordagem das UFs em ZH no período pré-pandemia: poucas matérias enfatizando a função social dessas instituições (como ações de ensino, pesquisa e extensão). Ao contrário: o que se vê é a narrativa de confronto entre as instituições e o governo Bolsonaro.

Passando à análise dos dispositivos simbólicos, os mais proeminentes dizem respeito às causas e consequências da MP, seguidos por exemplos de instituições afetadas no estado do Rio Grande do Sul. A causa mais evidente diz que, com a medida, o peso dos votos de cada categoria da comunidade acadêmica é alterado: “o corpo docente fica

com 70% da representatividade, enquanto técnicos-administrativos e alunos, com 15% cada”. As fontes acionadas na matéria incluem os reitores da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que apontam críticas à MP. O primeiro salienta que “o governo propõe uma nova forma de escolher os dirigentes sem conversar com as universidades e institutos”, enquanto o segundo destaca as alterações, também, na nomeação de vice-reitores e diretores de unidades.

Em relação ao dispositivo consequências, destacamos a fala da vice-reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS): “Nos surpreende por ser mais uma agressão à democracia e à autonomia que caracterizam a universidade”. Também neste dispositivo, a matéria salienta que a universidade de Pelotas fará “uma nova proposta de texto da MP para apreciação dos parlamentares”. O terceiro dispositivo mais proeminente são os exemplos. O jornal apresenta a situação de cada uma das UFs no Rio Grande do Sul: como a escolha dos dirigentes ocorre atualmente, data da próxima eleição (ou consulta) e depoimentos de representantes dessas instituições ou notas oficiais divulgadas.

Ao final, a matéria é uma ilustração de como são narradas as batalhas entre os campos científico e político quando estrategicamente visibilizadas no campo jornalístico. A instituição universitária é colocada pelo jornal como alvo do governo Bolsonaro, colocando este como inimigo das UFs e sua autonomia.

A segunda matéria analisada foi publicada no dia 19 de fevereiro, e tem como título “Universidades federais do RS reagem a cortes” (JUSTINO, 2020, p. 41). Foi neste mês, mais precisamente no dia 26, que o Ministério da Saúde confirmou o primeiro registro de covid-19 no Brasil⁸. Logo, nenhuma ação desenvolvida pelas UFs no enfrentamento à pandemia foi localizada neste mês, em ZH. Na verdade, a proeminência das abordagens não está em nenhum trabalho desenvolvido por tais instituições, em qualquer tema. O destaque, assim como no mês anterior, é outro tensionamento das UFs com o governo federal. Os dispositivos mais proeminentes são, novamente, as causas e as consequências – principalmente estas últimas.

Duas causas são apontadas: primeiro, a “determinação do Ministério da Educação (MEC) para que as universidades e institutos federais [...] não paguem aos professores horas extras, adicional noturno e até aumento de salário por progressão na carreira”. O jornal diz, ainda,

que “com o orçamento R\$ 2,7 bilhões menor do que o esperado, o MEC vetou qualquer ato que resulte no aumento de despesas com servidores ativos e aposentados”.

São as consequências, porém, os enquadramentos mais proeminentes. Elas focam depoimentos de reitores e/ou notas oficiais de quatro UFs situadas no Rio Grande do Sul: UFRGS, UFPel, UFSM e Universidade Federal do Pampa (Unipampa). As críticas mais fortes mencionadas por ZH são da UFPel e da UFRGS. O reitor da primeira afirma “que o anúncio por parte do MEC é ‘avassalador’”. Já a UFRGS “informa que [...] busca esclarecimento técnico junto ao governo federal. Além disso, aguarda [...] análise da assessoria jurídica da Andifes e [...] Tribunal de Contas da União, entre outras ações”.

Mais uma vez, a narrativa de Zero Hora coloca UFs e governo Bolsonaro em lados opostos. Dois meses subsequentes com matérias que enquadram esse duelo entre os campos científico e políticos reforçam o sentido de que o atual presidente é inimigo da UFs. Os dirigentes máximos das instituições são acionados para defenderem seus pontos de vista, questionando as atitudes do governo federal para com a educação pública.

Partindo para o mês de março, chegamos ao momento em que o Brasil já estava enfrentando a pandemia, quando Zero Hora começa a chamar atenção para as ações desenvolvidas pelas UFs. Em muitas matérias, docentes são chamados para falarem enquanto fontes especializadas. Uma das pautas mais abordadas foi uma pesquisa nacional coordenada pela UFPel. A matéria analisada é “Pesquisa da UFPel em todo o país” (IRION, 2020, p. 9), publicada no dia 30. Ela contém quase todos os dispositivos de enquadramento e justificação, exceto três (metáforas, frases de efeito e apelos a princípios).

As representações e as consequências são bastante proeminentes. Sobre a primeira, destaca-se a representação do trabalho feito pela universidade. O ineditismo da pesquisa e o seu alcance nacional são salientados. O coordenador do estudo, reitor da UFPel, fala: “Não é uma pesquisa apenas para publicar em periódico científico. Serve para a comunidade, para salvar vidas”. O depoimento apresenta a função da instituição Universidade Federal: mais que auxiliar a sociedade em um contexto emergencial de saúde, ela dará sua contribuição para preservar a vida humana. O governador do Rio Grande do Sul também é acionado por ZH, e diz: “É um trabalho inovador no mundo. Não dá

para tomar decisão que não seja baseada em dado científico”. A matéria apresenta também as consequências esperadas da pesquisa, como “a prevalência populacional da infecção” e o índice de letalidade.

Antes de fazermos nossas considerações sobre esta matéria, passaremos para a análise do mês de abril, quando as universidades (sejam federais, estaduais ou particulares) começam a fazer não apenas pesquisas sobre o contexto da pandemia, mas também, ações de solidariedade. A matéria mais significativa desta perspectiva foi publicada no dia 1º, intitulada “Universidades contra a covid-19” (MATOS, 2020, p. 25).

As representações foram os dispositivos mais salientes: representações do trabalho das UFs, representações das UFs como campo científico e fonte de informações, representantes dos servidores (docentes e técnicos) e também dos estudantes. A diretora de um departamento da UFRGS, ao falar sobre uma ação, destaca: “É nosso compromisso devolver à sociedade todo o investimento feito”. Além da UFRGS, são citadas ações da UFSM, UFPel, Unipampa e universidades particulares. Para ficarmos apenas no escopo das UFs, podemos mencionar que ZH visibiliza a fabricação de máscaras de proteção, a realização de testes de covid-19, a disponibilização de espaços das instituições para acolhimento de doentes, entre outras ações. Apesar de conter poucas consequências, é preciso destacar o seguinte trecho: “as universidades tomaram a dianteira, mesmo tendo de interromper aulas e setores administrativos para evitar aglomerações e disseminação do vírus”.

As matérias analisadas de março e abril abordam as UFs como instituições dedicadas a colaborar para a desaceleração da covid-19. São narrativas que representam como não apenas as universidades, mas todo o campo científico, são importantes para qualquer sociedade. No caso das instituições, elas desacreditam os argumentos de que seriam espaços destinados à balbúrdia, onerosos e ineficientes, difundidos no espaço público em 2019. O que chama atenção é que aquilo que a UF produz só é visibilizado com maior preponderância em casos singulares, por exemplo, em situação de extrema complexidade como é a pandemia do novo coronavírus, ou quando o governo tenta mexer na estrutura ou no investimento destinado a tais instituições, como se o campo político e o campo científico fossem sempre antagônicos e prejudiciais um ao outro.

A análise da matéria de maio tensiona ainda mais essa questão. Com o título de “Ciência deveria ser prioridade agora, dizem pesquisadores” (JUSTINO, 2020, p. 21), ela foi publicada no dia 13. A pauta é referente a cortes de bolsas, feitos nas áreas da educação, da ciência e tecnologia, impactando também as pesquisas sobre a covid-19 nas UFs. “Por causa da crise econômica, R\$ 29,6 bilhões devem ser congelados das despesas previstas para este ano pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações”, afirma Zero Hora. As causas ainda incluem também um “rombo de R\$ 300 milhões no orçamento, o que viabilizaria pagar bolsas só até setembro”.

O texto apresenta diversas consequências: “abrir mão do investimento é condenar o Brasil à irrelevância mundial”, diz uma fonte da Academia Brasileira de Ciências (ABC). “Se essas restrições orçamentárias não forem corrigidas a tempo, serão necessárias muitas outras décadas para reconstruir a capacidade científica e de inovação do país”, desta uma nota assinada pela ABC e pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). No dispositivo das representações, encontramos pesquisadores de UFs, acionados como fontes. “A sociedade já reconhece que a ciência é importante. Agora os governantes têm de saber que isso exige investimento de longo prazo”, diz um professor da Unifesp.

Logo, nos enquadramentos desta matéria verificamos que os cortes orçamentários no campo científico vão muito além do impacto nas UFs. Outras instituições também são afetadas. Esses acontecimentos ressoaram por vários dias em ZH. De repente, o campo jornalístico preocupava-se mais veementemente com essa pauta, refletindo talvez a expectativa de que a cura para a covid-19 viria do campo científico e suas instituições.

Mesmo com este aparente despertar do campo jornalístico para este tipo de narrativa, no mês de junho a visibilidade dos trabalhos das UFs já havia diminuído, ainda que os desdobramentos com a pesquisa da UFPel fossem noticiados vez ou outra. Porém, o que chamou atenção de Zero Hora foi, novamente, o movimento do governo federal para mudar a escolha dos reitores. Uma nova Medida Provisória esboçada pelo então ministro da Educação Abraham Weintraub voltou a acender esse debate. A matéria “Quatro federais no RS podem ter reitor nomeado sem eleição” (SCHAFFNER, 2020, p. 11), publicada no dia 11, mostrou isso.

No texto, Zero Hora concentrou-se nas consequências que a MP poderia gerar, principalmente pelo feito de que há eleições previstas para os próximos meses na Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), na Universidade Federal do Rio Grande (Furg), na UFRGS e na UFPel. Zero Hora ouviu o reitor da UFPel, que disse: “Agora, teremos reitores nomeados por um sujeito que deseja prender os ministros do STF”, em referência a Weintraub. O reitor da UFRGS também falou: “A MP é flagrantemente inconstitucional. A autonomia das universidades está garantida na Constituição”. Outra consequência acionada por ZH foi o fato de que “oito partidos de oposição protocolaram ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a medida”.

As consequências do texto da MP, visibilizadas pelo jornal conforme acima, enquadram de forma negativa a tentativa de Weintraub. Para não ficarmos apenas na tensão campo científico versus campo político, é válido refletirmos o motivo de tamanha repercussão em ZH. Se o campo jornalístico defende a autonomia e a legitimidade das UFs, porque só o faz nesses momentos de atritos? Com tantas ações produzidas por essas instituições no combate ao principal mal da atualidade, o coronavírus, não seria preferível insistir na visibilidade e consequente importância de tantas pesquisas, carentes de investimentos?

Com base nos enquadramentos de nossa análise, verificamos que o tensionamento entre UFs e o governo Bolsonaro misturam-se ao discurso de importância da universidade pública no contexto da pandemia de covid-19. Estas explicações e justificações das Universidades Federais legitimam e (des)legitimam tais instituições, porém, em momentos bastante pontuais: no contexto da pandemia, ocorre a estratégia de legitimação, porém, em tempos de calma, observamos a deslegitimação. Outra observação a se fazer é que os docentes das UFs são os principais personagens nos enquadramentos de legitimação, principalmente ao verificarmos o elemento das representações em nossa análise. Isto nos faz pensar, também, que o campo jornalístico recorre aos pesquisadores (enquanto fontes) também em uma tentativa de se legitimar, em um momento em que o próprio jornalismo passa por tensionamentos com o governo brasileiro, semelhantes aos sofridos pelas UFs.

CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo identificar as estratégias narrativas que perpassam os campos político, jornalístico e científico no período de pandemia de covid-19 no Brasil, com base nos enquadramentos construídos pelo jornal Zero Hora (ZH) acerca das Universidades Federais, no primeiro semestre de 2020.

Verificamos que a noção de estratégias se apresenta como uma possibilidade de reflexão sobre como diferentes esferas da sociedade disputam sua legitimidade, através de lutas simbólicas. O conceito suscita diferentes acionamentos para as pesquisas que envolvem a narrativa jornalística. Para o nosso caso, acreditamos que refletir sobre estratégias legitimadoras é essencial para abordar a problemática das Universidades Federais, em um período em que o mundo enfrenta a pandemia de covid-19. A metodologia do enquadramento, por sua vez, se mostrou bastante eficaz para a análise das narrativas.

Ao final, observamos que, no momento da pandemia de covid-19 no Brasil, o campo político seguiu em sua estratégia de construir uma narrativa incoerente com a perspectiva científica preconizada pelas Universidades Federais e demais instituições de pesquisa. Estas, por sua vez, foram acionadas pelo campo jornalístico em uma estratégia de se autolegitimar, chamando principalmente os docentes das instituições para abordarem as causas, efeitos e consequências da disseminação do vírus.

A análise do jornal Zero Hora demonstrou que os enquadramentos preferenciais do veículo, ao acionar as UFs, são, na maioria das vezes, narrativas que demonstram situações problemáticas dessas instituições, ainda que vez ou outra acione com mais proeminência o trabalho científico – por exemplo, no contexto da pandemia. Observamos também que o campo científico, mesmo no momento em que reunia esforços para o enfrentamento da covid-19, não deixou de ser alvo de questionamento por parte do campo político.

No primeiro semestre de 2020, os confrontos do governo Bolsonaro com as UFs se sobressaíram na narrativa de Zero Hora – tanto nos primeiros quanto nos últimos meses do período. Porém, com a pandemia de covid-19, as pesquisas e ações capitaneadas pelas UFs foram bastante visibilizadas por ZH, indicado, assim, enquadramentos da função dessas instituições, o que indica uma volta às narrativas que legitimam as UFs.

Os enquadramentos evidenciaram ainda a predominância dos professores das UFs enquanto fontes. Muitas vezes os docentes são acionados em diálogo com pesquisadores de outras instituições, como universidades estaduais. Em seguida aparecem os representantes do campo político, como ministros, deputados, etc, com predominância do então ministro da Educação, Abraham Weintraub. Este último enquadramento indica que, na narrativa, a instância política segue criando tensionamentos com a UFs em um momento delicado, quando, acreditamos, todos os campos deveriam estar alinhados em ações conjuntas para amenizar o impacto da covid-19 no Brasil.

REFERÊNCIAS

ANCHIETA, Isabelle. **O paradoxal estatuto do conhecimento jornalístico: entre a desconsideração e o protagonismo do saber produzido pelas notícias nas sociedades modernas.** Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v. 34, n. 2, p. 157-174, dez. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-58442011000200009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 17 out. 2020.

BARICHELLO, E. M. M. R. Legitimação. In: SCHEID, Daiane; MACHADO, Jones; PÉRSIGO, Patrícia Milano (orgs). **Estrato de verbetes: dicionário de comunicação organizacional.** Santa Maria: Facos-UFSM, 2018.

BENETTI, M. **O jornalismo como gênero discursivo.** Revista Galáxia, São Paulo, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BENNETI, M. **O jornalismo como acontecimento.** In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010.

BENETTI, M.; JACKS, N. A. **O discurso jornalístico.** In: X Compós - Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2001, Brasília. Anais do X Encontro Anual da Compós, 2001. v. 1. p. 280-290.

BERGER, C.; TAVARES, F. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Márcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira (org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos.** Florianópolis: Insular, 2010.

BERGER, P. L; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. 36. ed. Petrópolis, Vozes, 2014.
BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2015.

ENTMAN, R. M. **Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm**. Journal of Communication, vol. 43, n. 4, Dec. 1993. Disponível em https://is.muni.cz/el/1423/podzim2018/POL256/um/Entman_1993_FramingTowardclarificationOfAFracturedParadigm.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

ETCHICURY, Carlos. **Zero Hora renovada**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 55, n. 19.444, 06 jul. 2019. Carta do editor, p. 4.

GAMSON, W. A.; LASCH, K. E. **The political Culture of Social Welfare Policy**. Pinhas Sapir International Conference on Development – Social Policy Evaluation: Health, Education and Welfare. Israel, 1981.

GAMSON, W. A.; MODIGLIANI, A. **Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach**. American Journal of Sociology, v. 95, n. 1, July 1989.

IRION, Adriana. **Pesquisa da UFPel em todo o país**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.671, 30 mar. 2020. Coronavírus, p. 9.

JUSTINO, Guilherme. **Ciência deveria ser prioridade agora, dizem pesquisadores**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 57, n. 19.709, 13 mai. 2020. Coronavírus, p. 21.

JUSTINO, Guilherme. **Universidades federais do RS reagem a cortes**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.637, 19 fev. 2020. Ensino superior, p. 41.

KOSACHENCO, Camila. **Reitores criticam MP que mexe com a autonomia das federais**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.597, 03 jan. 2020. Ensino superior, p. 26.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Ed. José Olympio. Rio de Janeiro: 1988.

MATOS, Eduardo. **Universidades contra a covid-19**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 56, n. 19.673, 01 abr. 2020. Coronavírus, p. 25.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

O INTERESSE nas estatais. Zero Hora, Porto Alegre, 16 abr. 2019. Opinião da RBS, p. 18.

ORSATTO, Franciele Luzia de Oliveira. **O jornal impresso ainda resiste(?): uma análise sobre gêneros jornalísticos e suas transformações**. Trama, v. 16, n. 37, 2020. p. 18-33

PONTE, Cristina. **Media e acontecimentos (com)sentidos**. Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação, Lisboa, n. 6, 2005.

QUÉRÉ, Louis. **Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento**. Trajectos: revista de comunicação, cultura e educação, Lisboa, n. 6, 2005.

RAJOBAC, Raimundo; ROMANI, Simone. **Jean-François Lyotard e a condição pós-moderna: perspectivas para os fundamentos da educação**. Revista Signos, [S.l.], v. 32, n. 1, set. 2011. Disponível em <http://univates.br/revistas/index.php/signos/article/view/702>. Acesso em: 19 out. 2020.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **Estratégias da comunicação: questão comunicacional e formas de sociabilidade**. Editorial Presença: Lisboa, 1990.

SCHAFFNER, Fábio. **Quatro federais no RS podem ter reitor nomeado sem eleição**. Zero Hora, Porto Alegre, ano 57, n. 19.734, 11 jun. 2020. Universidades, p. 11.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido**. São Leopoldo, RS: UNISINOS, 2004.

NOTAS

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria. Doutora em Ciências da Comunicação. E-mail: rejanepozobon@gmail.com.

² Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul). E-mail: wagnerlenhardt@gmail.com.

³ Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ludwig_Wittgenstein>. Acesso em: 25 set. 2020.

⁴ Disponível em <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/05/15/entenda-o-corte-de-verba-das-universidades-federais-e-saiba-como-sao-os-orcamentos-das-10-maiores.ghtml>>. Acesso em: 24 out. 2020.

⁵ Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/universidades-com-balburdia-terao-verbas-reduzidas-diz-weintraub/>>. Acesso: 23 out. 2020.

⁶ Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/08/24/bolsonaro-ataca-imprensa-e-diz-que-jornalista-bundao-tem-mais-chance-de-morrer-de-covid-19.htm>> e <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/11/bolsonaro-ataca-imprensa-apos-demissoes-de-jornalistas-conservadores.htm>>. Acesso em: 19 out. 2020.

⁷ Disponível em <<https://www.gruporbs.com.br/atuacao/zero-hora/>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

⁹ “Brasil confirma primeiro caso da doença”. Disponível em <<https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46435-brasil-confirma-primeiro-caso-de-novo-coronavirus>>. Acesso em: 09 ago. 2020.